

Ulysses e Sarney discutem feriado para data de promulgação da Carta

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e o presidente José Sarney conversaram durante uma hora e 20 minutos no final da tarde de ontem, no Palácio do Alvorada. A conversa de ambos girou em torno da cerimônia de promulgação da nova Constituição. Ulysses e Sarney discutiram a possibilidade de decretação de feriado nacional na data da promulgação, dia 5 de outubro. Nada foi divulgado de definitivo.

Ulysses chegou às 17h, acenando para os repórteres e prometendo declarações para a saída, o que não aconteceu. Além da promulgação, a conversa girou em torno da substituição de Sarney por Ulysses, durante a viagem do presidente à União Soviética, dia 14. Sarney vai ao Congresso jurar fidelidade ao novo texto.

As assinaturas de 156 constituintes, colhidas ontem no Salão Negro do Congresso para serem anexadas aos cinco originais da nova Carta, marcaram, segundo o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), o fim do período de transição democrática. "Governo hoje não é só Executivo, governo é Legislativo, são os governadores e prefeitos que terão verbas para ter governabilidade."

O "senhor constituinte" chegou ao Salão Negro para cumprimentar os constituintes, que se acotovelavam em fila desde as 15h10, pouco antes das 16h, acompanhado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Antes, o deputado Ulysses Guimarães passou pela barbearia do Senado e aparou o pouco que lhe resta de cabelo.

O presidente do Congresso constituinte não assinou ontem a nova Carta — só vai fazer isso na solenidade de promulgação, dia 5 —, mas distribuiu autógrafos para fãs ao entrar e sair do salão.

O deputado Antônio Britto (PMDB-RS), candidato peemedebista a prefeito de Porto Alegre, foi o único a ter o privilégio de ser aplaudido pelo "Senhor Constituinte" enquanto dava suas dez assina-

turas (duas assinaturas para cada original).

A atenção de Ulysses Guimarães compensou o fato de Antônio Britto, que está licenciado do Congresso constituinte, ter sido obrigado a deixar sua rubrica na lista dos "participantes".

Todos os parlamentares em exercício — fossem eles titulares ou suplentes — assinaram como "constituintes". Os que estão licenciados e os suplentes que assumiram mas já deixaram o mandato foram considerados "participantes".

A sessão de assinaturas foi convocada inicialmente para as 9h, mas foi suspensa às 10h30, porque houve problema na paginação dos cadernos.

Pelo calendário oficial, ontem seria o dia de apenas as bancadas de São Paulo, Amapá e Roraima — um total de 70 parlamentares — assinarem o texto, mas, como não havia impedimento, compareceram constituintes de todos os Estados e partidos.

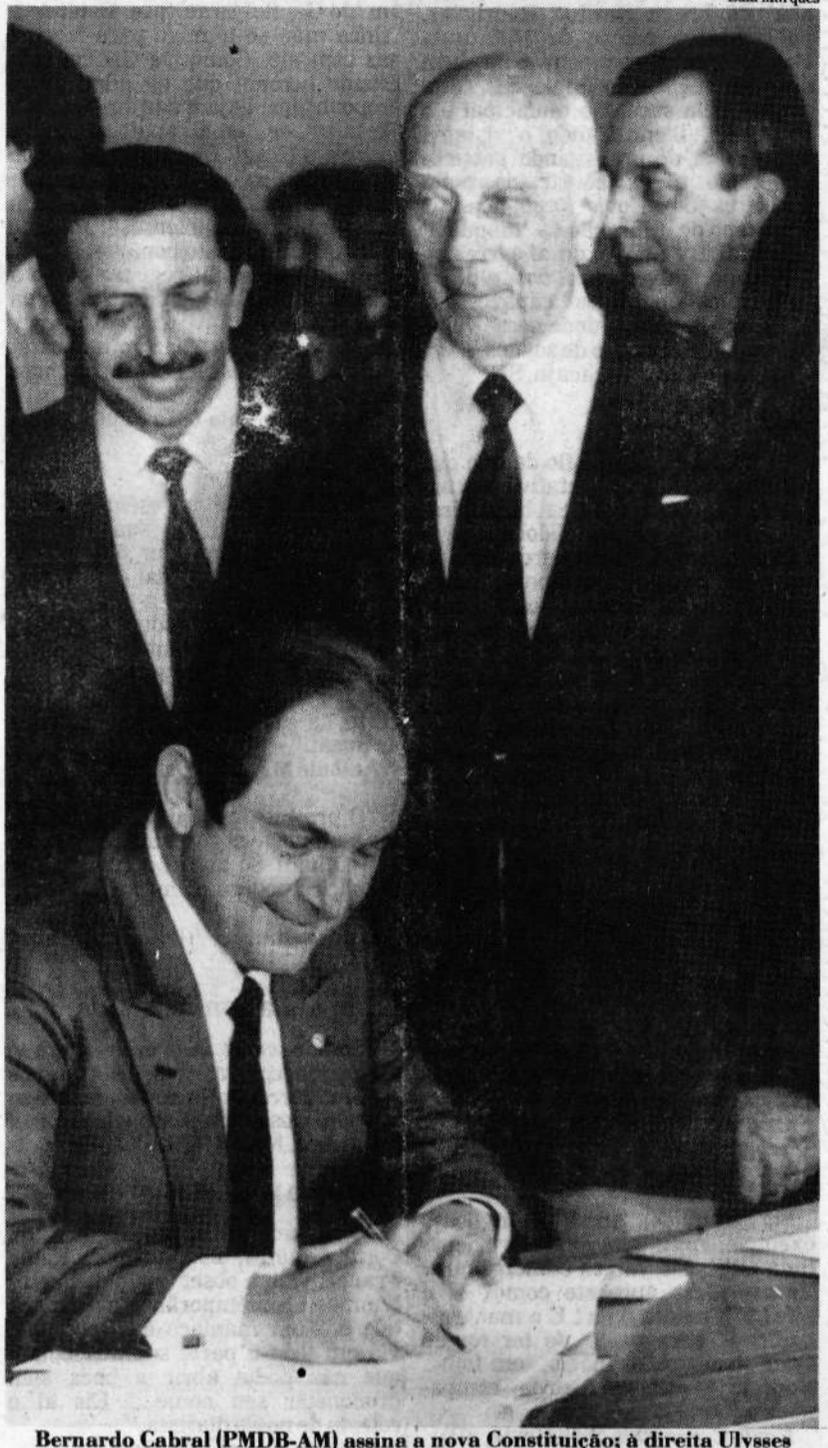
Às 15h10, o deputado José Genoíno (PT-SP) já dava murros na mesa, protestando contra o atraso. Genoíno foi um dos primeiros a dar seus autógrafos, enquanto Olívio Dutra (PT-RS) e Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP) tentavam, sem sucesso, se aproximar da mesa.

O deputado Lael Varella (PFL-MG), que esperava atrás de Genoíno, protestou e impediu o aflito Dutra de furar a fila. Olívio Dutra só queria chegar rápido a Porto Alegre (RS), onde está em campanha para a Prefeitura.

Diante da mesa central, a deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP), que usava uma enorme flor rosa e verde na lapela, ficou 45 minutos em pé, até chegar sua vez.

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), prestou mais atenção nas Câmaras de televisão do que no papel e acabou rubricando, além do espaço destinado ao seu nome, aquele reservado ao deputado Humberto Souto (PFL-MG).

O deputado Alécio Dias (PFL-AC) levou mulher, filhos e mãe para presenciarem o fato. Depois, posou para os fotógrafos com toda a família.



Bernardo Cabral (PMDB-AM) assina a nova Constituição; à direita Ulysses

Para Planalto, anexação de Fernando de Noronha ainda depende da lei

Da Sucursal de Brasília

O fim do Território de Fernando de Noronha e a anexação da ilha a Pernambuco terão de esperar possivelmente mais alguns meses. O Palácio do Planalto chegou à conclusão de que o artigo 15 das Disposições Transitórias da nova Constituição, que extingue o Território, não é auto-aplicável. A consultoria-geral da República deverá dar um parecer neste sentido assim que a nova Constituição for promulgada, no dia 5 de outubro. Com isto, só depois da aprovação da lei complementar tratando do assunto é que a anexação de Fernando de Noronha a Pernambuco deverá ser concretizada, na avaliação do governo.

O governador de Fernando de Noronha, Fernando Cesar de Mesquita, deverá, porém, deixar o cargo

no dia 9 do mês que vem, quando retorna a Brasília com o presidente da República. Sarney visitará a ilha nos dias 8 e 9 de outubro. Deverá ser nomeado um governador interino até que a lei complementar seja votada.

Segundo apurou a Folha, mesmo depois da anexação da ilha de Fernando de Noronha, quando a lei complementar for votada, Pernambuco poderá ficar apenas com a jurisdição técnica e administrativa da ilha. A interpretação do Planalto é de que os bens de Fernando de Noronha continuarão como patrimônio da União.

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, continua estudando outras interpretações do novo texto constitucional. O líder do PMDB no Congresso constituinte, deputado Nelson Jobim (RS), afirmou ontem

em Brasília que os pareceres a serem apresentados por Saulo Ramos, sobre dispositivos polêmicos da nova Constituição, "não influenciam em nada as decisões do Judiciário". "O parecer só tem eficácia normativa na esfera da administração pública federal", disse Jobim.

O deputado, que tem se dedicado a fazer um estudo para propor um novo modelo de regimento para o Congresso, defendeu a imediata mobilização dos constituintes para trabalharem, em comissões paralelas, na elaboração do regimento interno e da legislação complementar à nova Constituição.

Jobim acha que o novo regimento — indispensável ao prosseguimento dos trabalhos legislativos, porque o atual está defasado em relação à nova Constituição — poderá ficar pronto ainda este ano.

Dutra critica deputado que não seguiu o PT

Da Sucursal de Brasília

O presidente nacional do PT, deputado Olívio Dutra (RS), afirmou ontem que a situação do deputado João Paulo de Vasconcelos (MG), único constituinte do PT que votou a favor do texto constitucional, é "insustentável". "João Paulo desobedeceu a orientação do partido e isso não pode ser considerado algo natural, mas não gostaria de ver o companheiro expulso", disse.

Segundo Dutra, a atitude de João Paulo deverá ser discutida nas instâncias partidárias — núcleos, diretórios municipais e regionais — antes de chegar ao Diretório Nacional. "Ele terá amplo direito de defesa nas Comissões de Ética", afirmou Dutra. O estatuto do PT prevê punições que variam de advertência à expulsão.

Cardoso faz autocrítica e diz que PSDB 'errou' ao defender os 12%

Da Sucursal de Brasília

Diante da bancada do PSDB e de economistas reunidos no Instituto Presbiteriano, em Brasília, o senador Fernando Henrique Cardoso (SP) fez uma autocrítica: "Se tudo isto que está sendo dito aqui sobre economia é verdade, nós deveríamos ter tido a coragem de não ter capitulado em muitas das coisas que votamos na Constituição". Como exemplo de capitulação diante de teses que considera populares "porem incorretas", Fernando Henrique citou o tabelamento dos juros reais em 12%. Quando falou, às 12h50, o senador explicitou uma divisão que desde o início dos debates, às 10h, permeava o depoimento de cada um dos economistas. O ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira atacou o que

considera "idéias antigas, da geração de 50". Tais idéias, no entender de Bresser, filiado ao PSDB, são "não se preocupar tanto com o déficit público, pedir taxas de juros mais baixas, voltar-se para o mercado interno, acreditar que salários nunca são causa de inflação". Bresser, ao criticar estas posições, referiu-se à exposição anterior do professor de economia Dércio Munhoz, da Universidade de Brasília (UnB), que não é filiado ao partido.

Dércio disse ser a favor da "desindexação da economia", como Bresser Pereira, "mas com recomposição salarial, o que envolve redução dos juros e reorganização financeira do Estado, porque os déficits públicos estão associados aos juros pagos sobre a dívida pública". Dércio, em referência às posições de Bresser, disse depois à

Folha que "desindexar sem repor salários, achando que isto vai gerar excesso de demanda como no plano Cruzado, pode lembrar as posições da antiga Arena, do PDS".

Dois documentos serviram de base para a discussão do PSDB com economistas. Um, do professor Dércio Munhoz, com subsídios a uma proposta econômica. Outro, de um grupo capitaneado pelo sociólogo Hélio Jaguaribe. Para Munhoz, a crise brasileira "deriva mais de desacertos de uma política econômica pautada para atender muito mais os interesses do credores externos e especuladores financeiros, que de entraves estruturais ao desenvolvimento econômico".

Durante o debate, o grupo considerado mais à esquerda, egresso do MUP, antiga dissidência do PMDB, ficou com as propostas de Munhoz.

João Herrmann esteve doente nas votações

Da Redação

O deputado federal João Herrmann Neto (PSB-SP), que consta da lista dos parlamentares paulistas que mais parlaram às sessões do Congresso constituinte, publicada ontem pela Folha, não pôde comparecer às sessões porque estava doente. Ele realizou, inclusive, duas cirurgias durante o período de elaboração da Carta.

Um atestado médico de 4 de setembro de 1987, assinala que o deputado teve alta clínica, estando curado de uma pericardite. Outro atestado, de 11 de março, indica que o deputado foi submetido a uma cirurgia no nariz e na laringe. Um terceiro atestado (26/04) diz que o paciente precisa ser submetido com urgência a uma nova cirurgia. Ele teve alta em 1º de setembro.